

14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 04 - Sociologia da Cultura

“Coisa pra branco ver”: Os festivais culturais em Londrina.

Tiago Daniel Ramos da Silva¹

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, pesquisador e colaborador do Programa Práxis Itinerante (UEL), integrante do projeto de pesquisa “Intervenções na Cidade: Mobilizações Comunitárias e Disputas pelo Espaço” (UEL) E-mail: tiago.daniel.ramos@uel.br

INTRODUÇÃO

Embora os símbolos urbanos e o próprio nome, em homenagem à capital dos monarcas ingleses, já demonstrem as influências da branquitude europeia na constituição da cidade de Londrina, este artigo propõe discutir o embranquecimento e a invisibilização de corpos historicamente marginalizados nas práticas culturais do município, em especial nos festivais culturais.

Diante da complexidade dos efeitos decorrentes do projeto de colonização na cidade pé-vermelho², torna-se necessário recuar ao período anterior à sua fundação, a fim de compreender a base social, econômica e cultural desse processo de embranquecimento cultural. No início do século XX, o norte do Paraná caracterizava-se por solos férteis e extensas áreas florestais, cuja ocupação ocorreu de forma gradual e orientada por interesses econômicos específicos. Entre 1904 e 1908, o deslocamento de populações oriundas de São Paulo e Minas Gerais em direção a Cambará marcou o início de um processo de colonização espontânea (FASTOFSKI et al., 2017).

Em decorrência da baixa efetividade das políticas públicas, da descontinuidade administrativa e dos impactos da Primeira Guerra Mundial sobre os fluxos migratórios e os investimentos, as terras a oeste do rio Tibagi permaneceram pouco exploradas e sob domínio estatal (REGO, 2009). A partir de 1922, o governo paranaense passou a conceder terras a empresas privadas de colonização, transferindo a essas a responsabilidade pela ocupação territorial.

Nesse contexto, destaca-se a entrada de capitais estrangeiros, sobretudo britânicos, articulados à expansão da infraestrutura ferroviária e à valorização fundiária. Conforme Rego (2009), a atuação de agentes como Simon Joseph Fraser, conhecido como Lord Lovat³, foi decisiva para a consolidação desse modelo. A criação da Companhia de Terras Norte do Paraná, em 1925, formalizou esse processo ao estruturar a ocupação por meio da divisão de lotes, da concessão de crédito e do estímulo à migração dirigida, configurando um padrão de colonização empresarial alinhado à lógica do mercado internacional (REGO, 2009)

² Londrina, situada na região norte do estado do Paraná, é reconhecida como “Cidade Pé-vermelho” em razão da coloração avermelhada de seu solo fértil.

³ Simon Joseph Fraser foi um empresário e explorador britânico que atuou na colonização do Norte do Paraná, destacando-se por liderar investimentos que resultaram na criação da Companhia de Terras Norte do Paraná.

A fundação de Londrina insere-se diretamente nesse projeto. Em 1929, a chegada das primeiras expedições ao Patrimônio Três Bocas marcou o início da formação do núcleo urbano, posteriormente institucionalizado pelo Decreto Estadual n.º 2.519⁴, de 3 de dezembro de 1934. O próprio nome da cidade evidencia sua vinculação simbólica ao capital britânico, reforçando a centralidade de agentes e interesses europeus na organização do território.

A atuação de capitais internacionais e de agentes vinculados às elites brancas projeta efeitos duradouros na constituição da vida cultural do município. Nas décadas seguintes, embora tenha ocorrido significativo crescimento econômico impulsionado pela cafeicultura, consolidando Londrina como a “capital mundial do café”⁵, as desigualdades sociais herdadas do processo de colonização se enraizaram na cidade (PADIS, 1981).

O campo cultural londrinense estrutura-se a partir de referenciais europeus, evidentes desde a formação urbana e arquitetônica da cidade, conforme demonstrado por Castelnou (2000). A recorrência de estilos e modelos europeus na constituição do espaço urbano permite compreender que determinadas expressões foram historicamente legitimadas como universais, em detrimento de outras.

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz da noção de colonialidade do poder, proposta por Quijano (2005), que evidencia como hierarquias raciais e culturais se mantêm mesmo após o fim formal dos processos coloniais. Na gestão pública, observa-se uma espécie de saudosismo desses processos, especialmente nas políticas culturais do município, nas quais se identifica um contínuo processo de branqueamento simbólico.

Nesse cenário, a definição do que é reconhecido como cultura permanece associada a padrões hegemônicos. A disputa pelo campo cultural londrinense configura-se, portanto, como um espaço relevante de análise. Ainda que movimentos sociais tenham conquistado avanços nas políticas de acesso e fomento à cultura, alguns grupos permanecem inseridos em processos de subalternização, impulsionados pelo viés de uma “cultura ideal” herdada dos colonizadores.

A constituição do campo cultural londrinense revela-se atravessada por relações de poder que operam simultaneamente nas dimensões material e simbólica, reproduzindo

⁴ O Decreto Estadual n.º 2.519, assinado em 3 de dezembro de 1934, oficializou a criação do município de Londrina, elevando o núcleo urbano formado desde 1929 à condição administrativa de cidade e marcando sua emancipação política.

⁵ Durante décadas, Londrina foi reconhecida como “Capital Mundial do Café”, título associado ao seu protagonismo na produção cafeeira, especialmente entre as décadas de 1950 e 1970, quando a região Norte do Paraná chegou a concentrar parcela significativa da produção nacional e mundial do grão. Esse reconhecimento consolidou-se tanto no imaginário social quanto em registros históricos e jornalísticos, refletindo a centralidade econômica e simbólica do café na formação da cidade.

privilégios e restringindo a diversidade de participação. Diante desse contexto, o presente trabalho analisa os processos de subalternização, com ênfase no embranquecimento decorrente da colonização e na forma como se estruturou a vida cultural no município de Londrina, tomando como objeto os festivais culturais promovidos na cidade.

Como desdobramento analítico, propõe-se uma intervenção frente a essa problemática por meio da concepção e realização do Festival das Diversidades (FDD).

REVISÃO DE LITERATURA

A análise que se segue ancora-se, primeiramente, nas contribuições do artigo “Cidade, branqueamento e colonialidade: a construção dos matizes da identidade de Londrina e os impactos sobre a população negra”⁶ (PANTA; SILVA, 2020), tomado como principal referência teórica para a compreensão do processo de branqueamento na formação de Londrina. Panta e Silva (2020) analisam a constituição histórica da cidade para além de seus aspectos econômicos, frequentemente privilegiados nos estudos sobre a colonização conduzida pela Companhia de Terras Norte do Paraná, compreendendo-a como parte de um projeto racializado de modernidade, estruturado pela ideologia do branqueamento e pela permanência da colonialidade nas relações sociais brasileiras. Nesse sentido, o conceito de colonialidade, conforme elaborado por Quijano (2010), apresenta-se como central para a análise, uma vez que permite compreender o racismo como princípio organizador das relações sociais, responsável por classificar e hierarquizar populações a partir de critérios raciais.

De acordo com Panta e Silva (2020), a fundação de Londrina ocorre em um contexto histórico marcado pela consolidação da ideologia do branqueamento no Brasil, especialmente entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Nesse período, elites políticas e intelectuais passaram a defender projetos de nação baseados na valorização da branquitude e na marginalização de populações negras. Conforme argumenta Munanga (2008), o branqueamento operou como estratégia central na construção da identidade nacional, articulando-se à mestiçagem como mecanismo de transformação progressiva da população. Nesse cenário, políticas de incentivo à imigração europeia e projetos urbanísticos de caráter excludente foram implementados sob a justificativa do progresso, promovendo não apenas o embranquecimento físico da população, mas também a imposição de padrões culturais eurocêntricos.

⁶ Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/57754>.

A constituição de Londrina, vinculada à atuação de companhias colonizadoras e à expansão da economia cafeeira, insere-se diretamente nesse horizonte ideológico. A cidade foi concebida como espaço de prosperidade e modernidade, mas também como território de afirmação de uma identidade branca, alinhada a valores europeus. Conforme apontam Panta e Silva (2020), esse processo não se deu de forma neutra, implicando a exclusão sistemática de determinados grupos sociais, sobretudo da população negra, tanto no acesso a recursos quanto na construção simbólica da cidade.

Um dos principais efeitos desse processo foi a produção da invisibilidade da população negra. Embora pessoas negras tenham participado ativamente da construção material da cidade, especialmente como força de trabalho nas lavouras e nas atividades de base da economia cafeeira, sua presença foi sistematicamente apagada das narrativas oficiais. Essa dinâmica pode ser compreendida à luz da colonialidade do saber (Quijano, 2005), que se manifesta na imposição de uma historiografia eurocentrada, responsável por definir quais sujeitos e experiências são dignos de reconhecimento. Nesse sentido, como destaca Leite (1996), a população negra não é simplesmente ausente, mas produzida como inexistente no plano simbólico, evidenciando um mecanismo ativo de negação. Tal processo dialoga com as reflexões de Santos (2010), ao apontar a produção de epistemologias hegemônicas que marginalizam saberes e trajetórias de grupos subalternizados.

No plano material, a ideologia do branqueamento se expressa na organização desigual do espaço urbano e nas formas de inserção da população negra na estrutura social. Conforme demonstram Panta e Silva (2020), migrantes negros, em sua maioria descapitalizados, foram impedidos de acessar a propriedade da terra e permaneceram vinculados a relações precárias de trabalho, enquanto outros grupos, especialmente imigrantes europeus, conseguiram ascender socialmente. Essa dinâmica é analisada por Hasenbalg (1979), ao evidenciar que a discriminação racial atua como mecanismo de reprodução de desigualdades, restringindo as oportunidades de mobilidade social da população negra. Da mesma forma, Campos (2012) aponta que a exclusão do acesso à terra e a inserção tardia e precarizada no mercado de trabalho constituem elementos fundamentais da chamada pobreza estrutural. Em Londrina, tais processos resultaram na consolidação de uma segregação socioespacial com forte marca racial, na qual a população negra foi historicamente empurrada para as periferias e territórios mais precarizados, evidenciando a permanência da colonialidade do poder na organização da cidade.

Além das desigualdades materiais, evidenciam-se desigualdades culturais ou

simbólicas, que operam no âmbito da representação e do reconhecimento social. A partir da perspectiva de Fraser (2006), compreende-se que a justiça social demanda tanto redistribuição quanto reconhecimento, uma vez que a marginalização de determinados grupos envolve não apenas privação econômica, mas também desvalorização cultural. No caso de Londrina, a valorização de referências europeias e a ausência de símbolos que representem a população marginalizada indicam a existência de um padrão cultural hegemônico que associa legitimidade à branquitude.

A análise formulada por Spirandelli (2019)⁷ permite aprofundar essa discussão ao deslocar o foco para o campo cultural e para as condições sociais de produção da vida intelectual em Londrina. A partir do referencial de Bourdieu (2006), compreende-se que a produção cultural se organiza em um campo relativamente autônomo, no qual agentes disputam posições a partir do volume e da composição de seus capitais. Nesse sentido, o acesso ao reconhecimento cultural não se dá de forma igualitária, sendo mediado por trajetórias sociais, níveis de escolarização, redes de sociabilidade e inserção institucional. Os intelectuais e produtores culturais que alcançam maior visibilidade compartilham, em grande medida, origens sociais semelhantes e acesso a recursos que lhes permitem ocupar posições centrais no campo cultural, evidenciando que tais condições são atravessadas por marcadores de classe e raça.

O surgimento do Festival Universitário de Londrina, em 1968, contribui para o entendimento das estruturas e das lutas no campo cultural londrinense. Como evidencia Marinho (2005), sua criação está diretamente vinculada ao contexto de mobilização estudantil e às tensões políticas do período, configurando-se como espaço de experimentação estética e intervenção crítica. Inserido no ambiente universitário, o festival articula produção cultural e engajamento político, tendo no teatro amador um de seus principais meios de expressão. Ao mesmo tempo, sua constituição revela limites importantes, na medida em que o acesso à participação e à visibilidade permanece condicionado à inserção em espaços acadêmicos e redes institucionais historicamente ocupados por sujeitos com maior acúmulo de capital cultural.

Ao longo de sua trajetória, o festival passa por um processo de ampliação e institucionalização, que culmina na consolidação do Festival Internacional de Londrina (FILO). Esse movimento acompanha transformações mais amplas no campo cultural, nas

⁷ Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/CMD/article/view/22020>

quais práticas inicialmente vinculadas à militância e à experimentação passam a se inserir em circuitos formais de produção e circulação. No contexto contemporâneo, observa-se a predominância de uma lógica orientada por critérios de mercado, com ênfase na captação de recursos, na visibilidade institucional e na atração de públicos específicos, o que repercute na programação e na configuração do evento.

Nesse cenário, o festival passa a se distanciar de seu papel como espaço de articulação política e de abertura a novos agentes culturais, aproximando-se de um formato alinhado à lógica de consumo cultural. A concentração de público em segmentos com maior acesso a capital econômico e cultural evidencia limites na democratização do acesso e na diversidade de participação. Ao mesmo tempo, a reduzida presença de artistas locais e de grupos historicamente marginalizados indica a permanência de barreiras no interior do campo cultural, restringindo o reconhecimento e a visibilidade de determinadas produções.

A análise do Festival Internacional de Música de Londrina e do Festival de Dança de Londrina segue a lógica já observada no FILO. Esses eventos operam a partir de critérios de reconhecimento que privilegiam determinadas linguagens, especialmente aquelas associadas à tradição erudita e a processos de formalização técnica. Tal configuração delimita os sujeitos aptos a ocupar esses espaços e reforça padrões de legitimação historicamente constituídos.

No plano das políticas públicas, essa dinâmica se expressa na operacionalização do Programa Municipal de Incentivo à Cultura. Embora represente um avanço no financiamento cultural, a distinção entre projetos estratégicos e iniciativas independentes contribui para a concentração de recursos em eventos já institucionalizados, limitando a expansão de produções periféricas. Dessa forma, consolida-se uma lógica de organização cultural que articula institucionalidade, capital simbólico e critérios seletivos de legitimação.

Nas últimas décadas, as discussões identitárias passaram a ocupar posição de destaque no debate público e acadêmico (HALL, 2003). Observa-se a ampliação da visibilidade de expressões artísticas oriundas de contextos periféricos, inclusive nos festivais culturais londrinenses. No entanto, conforme argumenta Sodré (2019), essa incorporação frequentemente ocorre sob a lógica da acomodação, sem alteração das hierarquias estruturais. De modo semelhante, Ribeiro (2017) aponta que a visibilidade não implica necessariamente transformação material das condições de existência dos grupos subalternizados.

O racismo estrutural reorganiza continuamente as formas de exclusão, de modo que a presença de sujeitos marginalizados em espaços institucionais não garante sua inserção em condições de igualdade. Como problematiza Kilomba (2019), a inclusão simbólica pode

funcionar como dispositivo de controle. Assim, a diversidade assume caráter instrumental, sendo incorporada como elemento de composição programática, enquanto produções periféricas permanecem em posição subordinada no campo cultural.

Contudo, é na compreensão dessas estruturas que reside a possibilidade de sua superação. Como aponta Hall (2003), a cultura é um campo de disputa, no qual identidades marginalizadas podem intervir para desestabilizar narrativas hegemônicas. Ao encontro dessa perspectiva, hooks (2015) propõe a margem como espaço de resistência e produção de contranarrativas.

Subverter a lógica dos festivais culturais em Londrina significa, assim, criar fissuras no modelo eurocentrado e mercadológico, possibilitando a emergência de outros lugares de enunciação, nos quais sujeitos historicamente marginalizados passam a produzir e legitimar suas próprias narrativas. Nesse sentido, a contribuição de Gonzalez (1988) é central ao evidenciar a constituição de uma perspectiva afro-latino-americana que desloca os referenciais eurocêntricos de interpretação da realidade, enquanto Carneiro (2005) aponta para a necessidade de ruptura com o epistemicídio que historicamente silencia produções negras. De modo complementar, Nascimento (1980) afirma a urgência de construção de espaços autônomos de criação e representação negra, tensionando as estruturas culturais dominantes.

METODOLOGIA

A presente investigação fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e interventivo. A escolha por esse desenho metodológico justifica-se pela necessidade de compreender as dinâmicas sociais, institucionais e territoriais que estruturam o campo cultural de Londrina em sua complexidade. Tal perspectiva permite uma análise que transcende a materialidade das políticas culturais, abarcando os sentidos e as disputas que as atravessam, em consonância com a proposta interpretativa da cultura como sistema de significados em Geertz (1978).

O campo cultural é aqui operado como um espaço relacional de disputas, conforme a formulação de Bourdieu (1996). Nesse espaço, diferentes agentes e instituições ocupam posições desiguais em função da distribuição de capitais cultural, simbólico e institucional, exercendo processos de legitimação, consagração e hierarquização das práticas artísticas. Para operacionalizar essa leitura, a pesquisa articula duas frentes procedimentais complementares, que buscam dar conta tanto da estrutura consolidada quanto das tentativas de subversão.

A primeira frente consistiu em uma análise documental de materiais institucionais referentes ao Festival Internacional de Londrina (FILO), ao Festival Internacional de Música de Londrina (FIML) e ao Festival de Dança de Londrina. As fontes documentais foram constituídas a partir de acervos públicos e plataformas digitais oficiais, incluindo catálogos históricos, fichas técnicas e programações disponíveis nos portais *filo.art.br*, *fml.com.br* e *festivaldedancadelondrina.art.br*.⁸ Também foram consultados editais e relatórios de execução do Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PROMIC), acessados via Portal da Transparência da Prefeitura de Londrina.⁹

A análise desses documentos seguiu a perspectiva de Cellard (2008), que os compreende como produtos sociais situados e atravessados por relações de poder. O foco recaiu na identificação de padrões de representatividade e critérios de consagração estética no recorte temporal de 2010 a 2024. Esse procedimento permitiu evidenciar os mecanismos de branqueamento simbólico e exclusão que operam sob a aparência de neutralidade técnica ou excelência artística nos eventos de maior visibilidade da cidade.

Complementarmente, a investigação incorpora uma dimensão de observação participante engajada na concepção e realização do Festival das Diversidades (FDD).¹⁰ O festival é compreendido como uma experiência empírica situada e como um dispositivo de intervenção direta no campo cultural local. Os registros dessa imersão foram organizados em diário de campo, constituindo material analítico fundamental para compreender os limites e as possibilidades de reconfiguração das lógicas hegemônicas a partir de iniciativas periféricas e universitárias.

Nesse processo, a noção de escrevivência, em Evaristo (2017), é mobilizada como categoria teórico-metodológica. Ela articula a experiência vivida do pesquisador, enquanto artista e produtor cultural negro e LGBTQIAPN+, com a elaboração crítica. Essa escolha transforma a posicionalidade em um ativo metodológico de objetividade situada, conforme discutido por Haraway (1988), evitando o distanciamento pretensamente neutro que, muitas vezes, silencia sujeitos subalternizados.

⁸ Informações disponíveis nos sites oficiais dos festivais: <https://filo.art.br>, <https://fml.com.br> e <https://festivaldedancadelondrina.art.br>

⁹ Informações disponíveis em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/incentivo-cultura/promic/editais>

¹⁰ O Festival das Diversidades de Londrina é um evento artístico-cultural organizado pelo programa de extensão Práxis Itinerante (UEL) e pela produtora Kapanga Criativa, que reúne múltiplas expressões como música, teatro, artes visuais e rodas de conversa, com o objetivo de promover a celebração das diversidades (de gênero, étnico-raciais, entre outras) e fortalecer a inclusão, a cidadania e os direitos humanos, priorizando a participação de grupos historicamente marginalizados.

Esse posicionamento epistemológico dialoga com as Epistemologias do Sul, em Santos (2007), ao afirmar a legitimidade de saberes produzidos em contextos de resistência. O rigor da pesquisa não reside na busca por representatividade estatística, mas na consistência da articulação entre o referencial teórico decolonial, a transparência das fontes documentais e a reflexividade crítica sobre a prática interventiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos resultados obtidos revela que o campo cultural de Londrina opera como um microcosmo das tensões históricas descritas na introdução deste trabalho. A estrutura de poder que sustenta os festivais consolidados, FILO, FIML e Festival de Dança, não é um fenômeno isolado, mas a atualização contemporânea do projeto de branqueamento e colonialidade que fundamentou a ocupação do Norte do Paraná. Ao confrontarmos os dados da análise documental com o referencial teórico de Panta e Silva (2020) e Quijano (2005), observa-se que a “identidade pé-vermelha”, embora mítica e pretensamente inclusiva, foi forjada sobre o apagamento sistemático da presença negra e a exaltação de um ideal pioneiro europeizado.

No plano da análise documental, os editais e programações dos festivais clássicos evidenciam o que Bourdieu (1996) denomina como “violência simbólica”. A prevalência de linguagens artísticas vinculadas ao cânone europeu estabelece uma barreira de entrada que é, simultaneamente, de classe e de raça. Os critérios de “excelência artística” identificados nos documentos do PROMIC e nas fichas técnicas dos festivais operam como filtros que deslegitimam produções periféricas. Essa dinâmica confirma a tese de Muniz Sodré (2019) sobre a lógica da acomodação: a diversidade é admitida como elemento de composição programática, mas sem que se alterem os fundamentos das hierarquias que definem o valor cultural. Como destaca Ribeiro (2017), a ampliação da visibilidade não implica, necessariamente, transformação das condições estruturais de desigualdade.

Embora a análise documental evidencie a exclusão estrutural nos editais, a recepção estética desses festivais pelo público não-branco também revela camadas de subalternização. Relatos colhidos em estudos de recepção regional e observações de campo indicam que a presença de corpos negros nesses espaços tradicionais é frequentemente marcada por um sentimento de 'não-pertencimento' ou pelo que Kilomba (2019) descreve como o desconforto de ser o 'outro' em um ambiente desenhado pela e para a branquitude. Essa barreira invisível, que transcende o valor do ingresso, confirma que a eficácia dos festivais tradicionais como

símbolos de 'excelência' depende, paradoxalmente, da manutenção de uma distância estética e social em relação às produções e aos corpos periféricos.

É a partir desse conjunto de determinações que se insere a proposição do Festival das Diversidades (FDD), concebido como resposta analítica e prática às limitações estruturais identificadas. O festival emerge de experiências extensionistas na Universidade Estadual de Londrina (UEL), especificamente do “Sarauzinho do CLCH” e do “Sarau de Sociais”¹¹. A transição para o formato de festival em 2024, discutida em reunião na Casa do Pioneiro em janeiro daquele ano, respondeu a um cenário de enfraquecimento dos movimentos estudantis e precarização das iniciativas culturais no pós-pandemia. A escolha do termo “diversidades” e a reformulação do sarau para festival indicam a busca por maior capacidade de incidência no campo cultural e disputa por reconhecimento institucional.

A primeira edição do FDD, realizada no gramado do CLCH, obteve a participação de mais de dois mil estudantes, consolidando-se como um dispositivo de “escrivência” coletiva (Evaristo, 2017). A ocupação desse espaço por corpos historicamente marginalizados e a parceria com coletivos como o *Ballroom* Londrina¹² representam uma ruptura com a segregação socioespacial mencionada por Hasenbalg (1979). A metodologia de “objetividade situada” (Haraway, 1988) revelou que a eficácia do festival residiu na subversão do lugar de enunciação: sujeitos que historicamente foram “objeto” de estudo assumiram o papel de curadores e produtores de sua própria estética, tensionando as formas consolidadas de organização cultural na cidade.

A trajetória do FDD evidencia uma transição estratégica: da produção autônoma universitária para a inserção nos mecanismos formais de fomento estatal, como a aprovação no programa Paraná Festivais (Edital 001/2025 da SEEC-PR). Esse movimento desencadeou reações agudas das estruturas que sustentam a hegemonia da branquitude local. Ataques parlamentares de extrema direita, que questionaram o investimento em manifestações como o funk e a cultura ballroom, refletem a reação à perda do monopólio sobre os meios de produção simbólica. Ao compararem o FDD a festivais de matriz europeia para

¹¹ O Sarauzinho do CLCH e o Sarau de Ciências Sociais foram eventos artístico-culturais realizados na Universidade Estadual de Londrina, no âmbito do projeto Práxis Itinerante, reunindo apresentações de música, poesia e outras linguagens, com participação de estudantes e comunidade. Disponível em: <https://projetos.uel.br/praxis/producoes-artisticas-e-culturais/>

¹² ¹ O Coletivo *Ballroom* Londrina surgiu em 2022 como uma rede de acolhimento, formação e difusão da cultura *ballroom* na cidade, reunindo pessoas negras, trans e LGBTQIAPN+ em torno de práticas artísticas como os “balls”, performances, *voguing* e treinos coletivos. O coletivo atua na ocupação de espaços culturais e na criação de eventos que articulam arte, política e resistência, promovendo a celebração de corpos e identidades marginalizadas. ([Projetos UEL](#))

deslegitimá-lo, esses agentes tentam restabelecer uma hierarquia racializada, na qual a produção de corpos marginalizados é reduzida à “ideologia” ou “desperdício”.

A arquitetura curatorial da terceira edição, o “Circuito Paraná Plural”, estrutura-se sobre o tripé Formação, Ação e Publicação, dialogando diretamente com a necessidade de superação do epistemicídio (Carneiro, 2005).

CONCLUSÃO

A presente análise, fundamentada na investigação da constituição do campo cultural de Londrina, desvela uma complexa trama de processos históricos e socioculturais que culminaram na sedimentação de uma branquitude hegemônica em seus espaços culturais. Desde sua gênese, a cidade foi concebida sob um projeto de colonização que, para além de promessas de modernidade e progresso, operou uma intrínseca racialização do espaço e das identidades. Tal processo resultou na sistemática marginalização de corpos e narrativas não-brancas. A própria toponímia da cidade, em homenagem à capital britânica, e a proeminência de referenciais europeus em sua arquitetura e urbanismo, constituem manifestações simbólicas dessa herança colonial que se perpetua na contemporaneidade.

A ideologia do branqueamento, um pilar na formação da identidade nacional brasileira entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, foi replicada e consolidada no contexto londrinense (MUNANGA, 2008; PANTA; SILVA, 2020). A atuação das companhias colonizadoras e a expansão da cafeicultura não apenas reconfiguraram a economia local, mas também impuseram um padrão cultural eurocêntrico. Este padrão, de forma sistemática, invisibilizou a população negra, apesar de sua participação inegável na edificação material da cidade (PANTA; SILVA, 2020). Essa invisibilidade, longe de ser uma mera ausência, configura-se como uma produção ativa de inexistência no plano simbólico, um reflexo da colonialidade do saber que, segundo Quijano (2010), define quais experiências e conhecimentos são dignos de reconhecimento e quais são silenciados (LEITE, 1996; SANTOS, 2010).

Essa branquitude se manifesta de maneira contundente nos festivais tradicionais da cidade, como o Festival Internacional de Londrina (FILO), o Festival Internacional de Música de Londrina (FIML) e o Festival de Dança de Londrina. A análise documental desses eventos revela o que Bourdieu (1996) conceitua como “violência simbólica”: a prevalência de linguagens artísticas vinculadas ao cânone europeu e a critérios de “excelência artística”

operam como filtros que deslegitimam produções periféricas e marginalizadas. A diversidade, quando incorporada, frequentemente é sob uma lógica de acomodação, sem alterar as hierarquias estruturais que definem o valor cultural (SODRÉ, 2019; RIBEIRO, 2017). A concentração de recursos, inclusive por meio de programas como o Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PROMIC), em eventos já institucionalizados, reforça essa lógica de organização cultural que articula institucionalidade, capital simbólico e critérios seletivos de legitimação, perpetuando a exclusão (FRASER, 2006; SPIRANDELLI, 2019).

É nesse cenário de profunda desigualdade e hegemonia cultural que a emergência de ações de resistência cultural, como o Festival das Diversidades (FDD), assume fundamental importância como dispositivo de intervenção direta no campo cultural local. Iniciativas concebidas a partir de experiências vinculadas aos movimentos sociais, representam respostas analíticas e práticas às limitações estruturais identificadas, buscando subverter a lógica eurocentrada e mercadológica que domina os festivais tradicionais (GONZALEZ, 1988; HOOKS, 2015). A escolha de termos como “diversidades” e a reformulação de formatos culturais indicam uma busca estratégica por maior capacidade de incidência e disputa por reconhecimento institucional.

A realização de eventos que promovem a participação massiva de estudantes e a parceria com coletivos historicamente marginalizados, a exemplo da primeira edição do FDD com o *Ballroom* Londrina, demonstra o potencial de ruptura com a segregação socioespacial e a produção de uma “escrevivência” coletiva (EVARISTO, 2017). Ao ocupar espaços e dar voz a corpos historicamente silenciados, tais ações tensionam as formas consolidadas de organização cultural, transformando sujeitos que antes eram objetos de estudo em curadores e produtores de sua própria estética. A metodologia da “objetividade situada” (HARAWAY, 1988) é crucial para compreender como a posicionalidade dos organizadores, frequentemente artistas e produtores culturais negros e LGBTQIAPN+, se torna um ativo metodológico, desestabilizando a pretensa neutralidade que historicamente silenciava os subalternizados.

Iniciativas dessa natureza, portanto, transcendem a mera condição de evento cultural; elas se configuram como atos políticos de resistência que afirmam a legitimidade de saberes produzidos em contextos de marginalização, dialogando com as Epistemologias do Sul (SANTOS, 2007).

A trajetória de iniciativas que transitam da produção autônoma para a inserção em mecanismos formais de fomento estatal, como o caso do FDD no programa Paraná Festivais, evidencia reações agudas das estruturas que sustentam a hegemonia da branquitude local.

Desde março de 2026, observou-se uma ofensiva institucional e política, articulada por setores do legislativo municipal e veículos de comunicação, que busca deslegitimar tais ações por meio de um discurso de nostalgia institucional (sintetizado na expressão 'época boa era a do FILO'). Essa retórica não é um incidente isolado, mas um sintoma da resistência à perda do monopólio sobre os meios de produção simbólica, revelando o desejo de permanência de uma lógica onde a branquitude cultural é inquestionável e a diversidade é meramente tolerada em termos subalternos.

Essa perseguição, embora em pequena amostragem no contexto do artigo, reforça a tese central de que o racismo estrutural reorganiza continuamente as formas de exclusão (HASENBALG, 1979). A inclusão simbólica, sem a transformação material das condições de existência e o reconhecimento pleno das diversas produções culturais, pode funcionar como um dispositivo de controle (KILOMBA, 2019). A reação política e midiática contra iniciativas como o FDD não é um incidente isolado, mas uma evidência da profundidade das estruturas de poder que tais ações buscam tensionar. Ela demonstra que a luta por reconhecimento e redistribuição cultural é um campo de batalha constante, onde cada avanço das identidades marginalizadas provoca uma contra ofensiva das forças hegemônicas (HALL, 2003; FRASER, 2006).

Em suma, ações como o Festival das Diversidades em Londrina não se restringem a eventos culturais; elas se configuram como catalisadores de mudança, espaços de resistência e afirmações da potência das narrativas subalternizadas. Sua existência e o embate que provocam são cruciais para desestabilizar a branquitude instaurada nos meios culturais da cidade, abrindo fissuras no modelo eurocentrado e mercadológico. A perseguição política que iniciativas como o FDD enfrentam é paradoxalmente, uma prova de sua eficácia e da urgência de ações que continuem a desafiar e a reconfigurar o campo cultural, promovendo uma Londrina verdadeiramente plural e equitativa. A superação dessas estruturas de poder reside na compreensão e na ação contínua, transformando a margem em um espaço de resistência e produção de contranarrativas que, finalmente, desfaçam o epistemicídio, construam uma cultura que celebre todas as suas diversidades e trilhe rumo a estruturação da vida cultural que não seja apenas “pra branco ver” mas para todes serem.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. Oeiras: Celta Editora, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- CAMPOS, Luiz Augusto. A cor da desigualdade: raça e classe na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 103-118, jan./jun. 2005.
- CASTELNOU, André. Londrina: a cidade e o café. Londrina: EDUEL, 2000.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.
- CUNHA, Fábio César Alves da. Considerações sobre a atuação dos ingleses no prelúdio do surgimento de Londrina – PR. *Revista Formação (Online)*, v. 28, n. 53, p. 371-387, 2021.
- EVARISTO, Conceição. Becos da memória. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FASTOFSKI, Daniela Chiarello et al. Londrina/PR – Contexto histórico, evolução e desenvolvimento urbano. In: CONGRESSO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL, 2., 2017, Caxias do Sul. *Anais do 2º Congresso de Responsabilidade Socioambiental*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2017. Disponível em: <http://ojs.fsg.br/index.php/pesquisaextensao>. Acesso em: 21 abr. 2026.
- FESTIVAL DE DANÇA DE LONDRINA. Histórico e programação do festival. Londrina, s.d. Disponível em: <https://www.londrina.pr.gov.br>. Acesso em: 21 abr. 2026.
- FESTIVAL INTERNACIONAL DE LONDRINA – FILO. Histórico do festival. Londrina, s.d. Disponível em: <https://www.filo.art.br>. Acesso em: 21 abr. 2026.
- FESTIVAL INTERNACIONAL DE MÚSICA DE LONDRINA – FIML. Página institucional do festival. Londrina, s.d. Disponível em: <https://www.londrina.pr.gov.br>. Acesso em: 21 abr. 2026.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília, DF: Editora UnB, 2006. p. 245-282.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Revista Isis Internacional, n. 9, p. 118-123, 1988.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. Feminist Studies, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

HASENBALG, Carlos A. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEITE, Ilka Boaventura. A invisibilidade da mulher negra na história do Brasil. Salvador: EDUFBA, 1996.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PROMIC). Londrina, s.d. Disponível em: <https://www.londrina.pr.gov.br/promic>. Acesso em: 21 abr. 2026.

MARINHO, José Aparecido. A história do Festival de Teatro de Londrina (FILO) – 1968 a 2000. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

PADIS, Pedro. A cidade e o campo: a formação de Londrina. Londrina: EDUEL, 1981.

PANTA, Mariana; SILVA, Maria Nilza da. Cidade, branqueamento e colonialidade: a construção dos matizes da identidade de Londrina e os impactos sobre a população negra. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, Uberlândia, v. 10, n. 1, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2010. p. 84-101.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

REGO, Neli. Londrina: urbanização e modernidade. Londrina: EDUEL, 2009.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 79, p. 71-92, 2007.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2019.

SPIRANDELLI, Luciana. *Cultura e cidade: a produção cultural em Londrina*. Londrina: EDUEL, 2019.